

1 Ata da Assembleia Permanente de Greve da Associação dos Professores Universitários do
2 Recôncavo – APUR, instância organizativa e deliberativa territorial do Sindicato Nacional
3 dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES-SN. Ao décimo nono dia do
4 mês de julho do ano de dois mil e doze, às nove horas, em primeira convocação, sem
5 registro de quórum para instauração da Assembléia, e às nove horas e trinta minutos, em
6 segunda convocação com atendimento do quórum regimental para estabelecimento da
7 Assembléia Geral da APUR, reuniram-se ordinariamente no Auditório da Pró-reitoria de
8 Pesquisa e Pós-Graduação, no município de Cruz das Almas, os docentes da Universidade
9 Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, em conformidade com a pauta de convocação
10 amplamente divulgada. Primeiramente, deu-se a composição da mesa diretora, com o
11 seguinte formato: o professor Antônio Eduardo Alves de Oliveira (CAHL), representante do
12 Comando Local de Greve – CLG, coordenou os trabalhos da mesa, sendo auxiliado pelo
13 professor David Romão Teixeira, vice-presidente da APUR, pela professora Ana Cristina
14 Nascimento Givigi (CFP) e pelo professor Sérgio Anunciação Rocha (CETEC). O
15 coordenador da mesa saudou a presença de todos em nome do CLG e leu a pauta da
16 Assembleia contendo os seguintes itens: 1) Informes; 2) Proposta do governo; 3) Pauta
17 local; 4) O que ocorrer. Em seguida os docentes da UFRB foram consultados acerca da
18 pauta, sendo a mesma aprovada por unanimidade. Desse modo, iniciou-se a discussão da
19 pauta. **1. Informes:** foi convidada a professora Deisy Vital dos Santos (CCS) para
20 apresentar uma síntese das atividades de greve realizadas pelo CLG/APUR. A professora
21 deu início ao relato das atividades de mobilização da greve docente da UFRB com as
22 informações sobre a participação da APUR no Cortejo cívico do dois de Julho, em Salvador,
23 juntamente com os professores em greve da rede estadual de ensino, o Comando de greve
24 dos docentes da UFBA, o SINASEFE e os alunos de graduação e pós-graduação da UFBA,
25 oportunidade em que puderam manifestar o repúdio ao tratamento dado pelos governos
26 estadual e federal à educação pública. O relato prosseguiu narrando a manifestação
27 realizada durante a cerimônia de batismo da Plataforma P-59, ocorrida no último dia treze,
28 no distrito de São Roque do Paraguaçu, Maragogipe – Bahia. Evento que contou com a
29 participação de representantes do CLG da UFRB, da UFBA, da ASSUFBA e do SINASEFE
30 que apresentaram sua indignação com o tratamento dispensado pelo governo da presidenta
31 Dilma Rousseff aos trabalhadores em greve da educação pública. Além das entidades
32 sindicais, populares apresentavam suas insatisfações com as autoridades locais. Cabe
33 salientar que os manifestantes não tiveram acesso ao interior do estaleiro, ficando na porta
34 da indústria naval. Somente pessoas não imediatamente identificadas com o movimento
35 puderam ter acesso ao espaço em que ocorreu a solenidade de “batismo” e onde estavam
36 reunidas as autoridades. Por fim, Deisy Vital informou sobre o ato público realizado no dia
37 dezoito de julho na Fonte Nova, em Salvador, organizado pela APUR, pelos CLG’s da UFRB
38 e UFBA, e pelos discentes que participavam do “XII Encontro Norte/Nordeste de Educação
39 Física”. Nessa manifestação denunciou-se os altos investimentos para a realização da Copa
40 do Mundo de 2014, em detrimento dos gastos com a educação pública. Encerrando o
41 primeiro ponto de informe foram apresentadas as atividades para o próximo período, a
42 saber: reunião com o Reitor da UFRB para discussão da pauta local, dia 20 de julho; reunião
43 conjunta dos CLG’s dos docentes e técnico-administrativos da UFRB e dos representantes
44 estudantis da nossa Universidade, dia 23 de Julho; reunião do CLG docente da UFRB, dia
45 25 de julho, em Santo Antônio de Jesus; Assembléia Geral, dia 27 de Julho, em Cruz das
46 Almas. Num segundo momento dos informes, o professor Eder Pereira Rodrigues (CCS)
47 informou que o Reitor, ainda que não oficialmente, se comprometeu a não proceder corte de

48 ponto, contudo isso será também tratado na reunião com o mesmo no dia vinte de julho.
49 Também foi dito que, até agora, todas as universidades que realizaram Assembleias
50 permanecem em greve e recusaram a proposta do governo. Iniciou-se assim a discussão do
51 segundo ponto da pauta. **2. Proposta do governo:** primeiramente foi apresentada pelo
52 professor David Romão Teixeira (CFP), vice-presidente da APUR, uma análise política da
53 proposta oficialmente enviada pelo governo, destacando pontos centrais de sua construção.
54 O professor destaca que a análise apresentada tratava-se de um trabalho realizado pelo
55 CLG durante os últimos dias, inclusive com a criação de um Grupo de Trabalho para isso.
56 David Romão destaca que o governo levou à mídia a proposta de carreira docente antes de
57 apresentá-la à representação sindical nacional, articulando-se com o aparato de construção
58 da opinião pública por meio da exibição de índices salariais descontextualizados e que não
59 se configuram na prática de modo linear a toda categoria. Ele diz que há um consenso que a
60 atual carreira não atende, nem ao governo, nem aos trabalhadores e trabalhadoras, e que
61 as únicas inovações positivas da proposta em relação à atual carreira foram a incorporação
62 do cargo de titular como último nível do processo de progressão funcional e a redução de
63 níveis (de 17 para 13) da carreira docente. Informa que segundo a proposição
64 governamental todos os docentes passarão a iniciar a carreira no primeiro nível, ou seja,
65 auxiliar I, independente da titulação. O governo mantém a nomenclatura, mas a progressão
66 de classe se dará, condicionalmente por meio da titulação associada à aprovação no estágio
67 probatório e a aprovação em critérios avaliativos a serem definidos pelo Ministério da
68 Educação – MEC. Se, na atual carreira, o processo de aceleração se dá exclusivamente
69 pelo título, não mais funcionaria deste modo. O professor David Romão termina sua análise
70 mostrando lacunas da proposta do governo e o comprometimento de princípios caros aos/as
71 trabalhadores/as, sendo eles: inexatidão quanto aos critérios de avaliação de desempenho
72 para progressão, e mais, indicação de universalização destes, ferindo a autonomia das
73 IFES; diferenciação do Vencimento Básico – VB para professores/as de mesma titulação,
74 com a valorização da busca individual por captação de recursos e possibilidade de
75 incorporação salarial de bolsas, o que fere a isonomia e indica a ampliação da fragmentação
76 de nossa categoria; valorização desigual das atividades docentes com a exigência universal
77 de 12 horas mínimas em sala de aula, o que inclusive contrária o disposto na Lei de
78 Diretrizes e Bases da Educação, sem a especificação de que isso incorpore ou não a pós-
79 graduação, interferindo no incentivo à pesquisa. Em seguida, ainda neste ponto o professor
80 Francisco de Souza Fadigas (CCAAB) apresentou os encaminhamentos do CLG da UFRB
81 em relação à proposta apresentada pelo governo no último dia treze. O professor esclareceu
82 que o CLG se posicionou contrário a aceitação da proposta, na forma como foi apresentada
83 pelo governo, por entender que esta representa um retrocesso em relação às conquistas da
84 categoria, além de atacar princípios caros e basilares da nossa histórica luta sindical. Em
85 sua fala, Francisco Fadigas destacou que, de modo geral a proposta governamental avança
86 apenas nos seguintes aspectos: i) inclusão do cargo de professor titular como classe final de
87 uma carreira única; ii) redução de dois níveis nas classes de auxiliar e assistente, reduzindo
88 de 17 para 13 níveis em nossa carreira. Em síntese o documento sugere princípios
89 norteadores a serem considerados pelo Comando Nacional de Greve – CNG no processo
90 de negociação com o governo federal, dos quais não devemos abdicar, segue-se: a) o
91 processo de negociação deve primar pela manutenção da AUTONOMIA Universitária, da
92 ISONOMIA entre os servidores públicos, e da PARIDADE entre ativos e aposentados; b) a
93 negociação deve ser exaurida na mesa de negociação. Para tanto, é imprescindível a
94 apresentação de uma proposta de minuta do Projeto de Lei, que contemple todos os tópicos

95 acordados durante as negociações antes da assinatura de qualquer acordo; c) é preciso que
96 o governo apresente os conceitos, os parâmetros e os critérios que irão normatizar a
97 Carreira Docente no Magistério Superior. Uma vez respeitados os princípios apresentados o
98 CLG, defende: **Ingresso na carreira** – mestres e doutores ingressando nas classes de
99 assistente I e adjunto I, respectivamente; **Aceleração da promoção** – manutenção do
100 sistema de aceleração da promoção, em que o docente faz jus ao enquadramento
101 automático no nível I da classe correspondente ao seu nível de titulação, (assistente para
102 portadores de diploma de mestre e adjunto para portadores de título de doutor); **Processo**
103 **de avaliação de desempenho** – que se defenda a elaboração de critérios fixados pela
104 própria IFE. Caso sua revisão seja necessária, preservando a autonomia universitária;
105 **Promoção de uma classe para outra** – que a promoção de uma classe para a outra seja
106 feita sem a exigência de titulação, mas com aprovação em processo de avaliação de
107 desempenho fixados pela própria IFE; **Requisito de estágio probatório** – promoção
108 desvinculada do estágio probatório; **Progressão de um nível para outro** – de acordo com
109 critérios fixados pela própria IFE; **Retribuição por projetos** – a opinião é que este tipo de
110 retribuição não deva constar no projeto de reestruturação de carreira. No tocante à malha
111 salarial, o professor Fadigas apresentou a análise do CLG e propôs as seguintes sugestões:
112 a) utilização do salário mínimo do DIEESE como piso para o regime de 20 h (VB indexado);
113 b) garantia da proporção entre 20 h, 40 h e DE em 100% e 210%, respectivamente, em
114 relação ao regime de 20 h.; c) incorporação, imediatamente após correção das distorções
115 entre os regimes de trabalho, das correções remuneratórias referentes ao período 2010-
116 2012; d) concessão de reajuste linear com base nas perdas inflacionárias futuras; e) defesa
117 do pagamento da Retribuição por Titulação – RT através de cálculo, na forma de percentual,
118 com base no VB, ao invés de valores nominais; f) exigência de que seja aplicada a paridade
119 entre ativos e aposentados; e, f) correção das distorções criadas entre adjunto IV e
120 associados, quando da criação da categoria de professor associado. Por fim, se apresentou
121 outros pontos fundamentais da nossa pauta reivindicatória, a saber: a) exigência, nos
122 debates com o governo, da recolocação da pauta de reivindicações das IFES relativa a
123 qualidade do ensino e a melhoria das condições de trabalho; b) cobrança, na mesa de
124 negociação, que o governo abra o diálogo com os demais movimentos sindicais,
125 especialmente, os servidores técnico-administrativos. Em seguida, o professor Eduardo
126 Oliveira passou à assembleia a discussão das propostas apresentadas pelo CLG. Dando
127 início aos debates, o professor Marcos Vinícius (CETEC) propôs a retirada do seguinte
128 parágrafo do documento produzido pelo comando de greve: “Destaca que, de modo geral a
129 proposta governamental avança apenas nos seguintes aspectos: 1. Inclusão do cargo de
130 professor titular como classe final de uma carreira única; 2. Redução de dois níveis nas
131 classes de auxiliar e assistente, reduzindo de 17 para 13 níveis em nossa carreira”;
132 defendendo que o que foi apontado como ponto positivo é ilusório por considerar elementos
133 retóricos, posto que o número de entradas de auxiliares na universidade é irrisório, além
134 disso o cargo de titular estará limitado a vinte por cento do quadro docente. Também propôs
135 a retirada do item “**Requisito de estágio probatório** – Promoção desvinculada do estágio
136 probatório;” alegando que o próprio estágio probatório tem sido questionado pelo movimento
137 sindical que propõe sua extinção. O mesmo professor recomenda que seja suprimido o
138 termo “indexado” do item que trata das sugestões às propostas de malha salarial: “a)
139 utilização do salário mínimo do DIEESE como piso para o regime de 20 h (VB indexado)” e ,
140 além disso, reforça a contrariedade à retribuição por projetos. Inscreveu-se também o
141 professor José Fernandes (CCAAB) que discutiu o ingresso na carreira docente e a inclusão

142 de cargo de titular como final de carreira com reserva de 20% de vagas para progressão. Já
143 o professor Eder Rodrigues (CCS) inscreveu-se para alertar que as propostas ali votadas
144 seriam enviadas para o CNG para a apreciação e que o documento produzido tinha caráter
145 de análise política, pois a linha a ser adotada na mesa de negociação com o governo seria
146 resultado da somatória de todas as Assembleias realizadas pelo Brasil; lembrou ainda que o
147 ANDES encomendou análise técnica ao DIEESE. Em seguida, inscreveu-se professor
148 Sérgio Guerra (CAHL) que propôs que se intensificassem as atividades de mobilização até
149 segunda-feira, dia vinte e três, e, como questão de encaminhamento, que fosse aprovada a
150 rejeição da proposta do governo e o documento elaborado pelo CLG. Assim, a mesa
151 encaminhou a votação de rejeição da proposta de governo e continuidade da greve, sendo
152 aferida por unanimidade. Seguiu-se a votação do documento ou a continuidade de sua
153 discussão, sendo esta a proposta do professor Anacleto Ranulfo dos Santos (CCAAB) a
154 vencedora, de forma que o documento em análise continuou a ser discutido. O professor
155 Fabrício Santos (CAHL) recomendou cautela, com relação a proposta do governo, diante
156 das condições contingentes que estamos vivenciando por conta do endurecimento do
157 governo e alertou para que continuássemos pleiteando o avanço das negociações. Além
158 disso, o professor fez a proposta de que nos mantivéssemos juntos a outras categorias de
159 servidores federais em greve e aos/as professores/as da rede básica em greve há mais de
160 cem dias. Por sua vez, o professor Anacleto dos Santos (CCAAB) pediu esclarecimentos ao
161 CLG quanto a progressão docente até o cargo de titular. Seguiu-se a fala do professor
162 Tarcísio Cordeiro (CFP) que reforçou que a diminuição dos níveis e a inclusão de titular na
163 carreira são os pontos positivos da proposta do governo e que diante da força do movimento
164 teríamos como desafio a qualificação das negociações junto ao governo federal. Novamente
165 o professor Marcos Vinicius (CETEC) disse que a diminuição dos níveis é uma ‘enganação’
166 diante do momento da carreira em que, na prática, poucos docentes ingressam como
167 auxiliares. Em continuidade inscreveu-se o professor Ferlando Lima Santos (CCS) que falou
168 das diferenças entre a produção e o funcionamento das universidades e propôs que se
169 acrescentasse ao item “Outros pontos fundamentais”, na primeira assertiva que diz “Exigir,
170 nos debates com o governo, a recolocação da pauta de reivindicações das IFES relativa a
171 qualidade do ensino e a melhoria das condições de trabalho”, a inclusão das palavras
172 “sobretudo das IFES recém criadas”. Ainda a título de esclarecimentos o professor Eder
173 Rodrigues (CCS) diz que, segundo a proposta do governo, o MEC terá até 180 para indicar
174 os critérios do processo de progressão. Inscreveu-se o professor Claudio Orlando (CFP) que
175 propôs a redação de documento que problematizasse a condição pedagógica de construção
176 da greve, ressaltando como a mídia e os outros aparatos constroem ideias sobre o
177 movimento, negando o trabalho docente, pela invisibilidade de nossas ações, e jogando a
178 opinião pública contra a categoria em greve. Ele propôs que o documento construído
179 apresente elementos que digam respeito à pedagogia educacional e/ou política educacional
180 de diálogo com a sociedade, destacando o tripé: isonomia, autonomia e participação.
181 Novamente o professor Sérgio Guerra (CAHL) propôs que o documento fosse votado de
182 forma integral, respeitando as ponderações dos colegas, mas considerando a necessidade
183 de priorizarmos as atividades de mobilização em nossos debates. A plenária, após
184 consultada, mais uma vez delibera pela continuidade dos debates da proposta
185 governamental. Em seguida, o professor David Romão retoma a palavra, pela mesa
186 diretora, e faz uma série de esclarecimentos quanto ao processo de negociação com o
187 governo, bem como faz ressalvas e dirimi com dúvidas apresentadas nas falas que o
188 antecederam. Por fim, o documento com os ajustes acima propostos foi votado e aprovado,

189 por ampla maioria, com o fito de ser encaminhado ao professor Hebert Toledo, presidente
190 da APUR, que está em Brasília, acompanhando o CNG. A mesa então passou a discussão
191 do próximo ponto da pauta, a saber: **3. Pauta local.** O professor Givanildo Bezerra de
192 Oliveira (CCS) foi convidado pela mesa para apresentar a proposta de pauta local
193 construída nas reuniões sindicais dos centros, e já apreciada em nossa última Assembleia
194 Geral, realizada em Amargosa, e, finalmente sistematizada pelos professores Givanildo
195 Bezerra de Oliveira (CCS), Fabiano Machado Martins (CCAAB) e Francisco de Souza
196 Fadigas (CETEC), tendo esta a seguinte redação: O comando de greve dos docentes da
197 UFRB, reunido no dia 19/07/2012, aprovou a da pauta docente consolidada, a partir das
198 produções dos centros (CCS, CCAAB, CFP, CAHL, CETEC), encaminhada a essa Reitoria,
199 nos seguintes termos: **DEMANDAS GERAIS DOS CENTROS. 1. Infraestrutura:** a. Fazer
200 gestão junto ao MEC solicitando expansão dos prazos de implantação da UFRB; b.
201 Construção de auditórios; c. Construção de gabinetes individuais para docentes; d.
202 Construção de creches; e. Criação de auditorias de obras de infraestrutura (obras
203 construídas e em construção); f. Ampliação do número de salas de aulas, observando
204 questões acústicas e climáticas; g. Edificação de laboratórios que melhor contemplem as
205 atividades de pesquisa e de extensão; h. Construção de espaços de convivência
206 (restaurantes universitários acessíveis a toda comunidade acadêmica, áreas de lazer, etc.);
207 i. Aumento do acervo das nossas bibliotecas, garantindo a bibliografia básica para o
208 funcionamento dos cursos existentes; j. Aquisição de materiais e equipamentos para os
209 laboratórios didáticos; k. Apoio direto para a manutenção dos laboratórios e ou
210 equipamentos, via contratação de empresa especializada ou pessoa física - manutenção
211 preventiva e corretiva de equipamentos; l. Garantir a acessibilidade física e pedagógica na
212 UFRB; m. Acesso a internet banda larga de qualidade; n. Urbanização e manutenção
213 adequada dos campi (pavimentação das vias de acesso, arborização, construção de vias
214 para pedestres, etc.); o. Plano de gestão de resíduos sólidos e líquidos (laboratórios,
215 hospitais, instalações zootécnicas, etc.); p. Redimensionamento das redes e instalações
216 elétricas dos prédios; **2. Trabalho docente na UFRB:** a. Manutenção do regime de
217 Dedicção Exclusiva de 40 horas de trabalho, como forma de contratação preferencial; b.
218 Gestão junto ao MEC para garantir ampliação do quadro docente permanente; c. Assegurar
219 mecanismos que viabilizem as atividades de ensino, pesquisa e extensão (materiais e
220 equipamentos); d. Incentivo pecuniário a publicações e traduções; e. Garantia das
221 condições e ampliação das diárias disponibilizadas e concessão de passagens para os
222 docentes participarem de eventos acadêmicos; f. Disponibilizar transporte e diárias para a
223 realização de aulas de campo; g. Melhoria do apoio logístico para as ações da multicampia;
224 h. Evitar desvios das atribuições do docente, que resultam em sobrecarga de trabalho; i.
225 Desburocratização no processo de pagamento do Adicional Noturno – sem necessidade de
226 solicitação individual, sendo baseada no planejamento acadêmico; j. Funcionamento de
227 setores de apoio às atividades acadêmicas noturnas; **3. Políticas de valorização,
228 assistência e permanência dos docentes:** a. Formulação de um programa de fixação para
229 docentes em nossa instituição, com disponibilização de recursos e infraestrutura para
230 pesquisa e extensão, por centro, através de Edital específico; b. Requerer junto ao Governo
231 Federal a criação de uma política de fixação de docente no interior: assistência moradia ao
232 docente, linha de financiamento própria para o servidor das IFES do interior (moradia),
233 melhoria das condições de segurança; c. Ampliação dos auxílios transporte, saúde
234 complementar e alimentação; d. Serviço de saúde do trabalhador e segurança do trabalho;
235 e. Ampliação dos recursos para realização de eventos acadêmicos; f. Formulação de

236 políticas de apoio aos grupos de pesquisa da UFRB; g. Desenvolver ações que estimulem
237 práticas esportivas e atividades artísticas e culturais, criando espaços comuns que
238 promovam a convivência universitária; h. Criação de Posto Médico em cada Campus,
239 disponibilizando prestação de assistência médica e serviços rápidos de enfermagem,
240 equipado com ambulância; **4. Políticas de capacitação docente:** a. Criação de uma
241 política de qualificação docente, estabelecendo metas quantitativas e temporais para a
242 capacitação; b. Planejamento para ampliação dos DINTER's; c. Flexibilização do tempo de
243 carência para o pedido de afastamento para o doutoramento; d. Criação de uma política
244 para facilitar que os docentes que estão cursando a pós-graduação *stricto sensu*, ainda em
245 estágio probatório, possam concluir sua formação sem prejuízos ou sobrecargas. **5. A**
246 **UFRB e o Recôncavo:** a. Discussão do Reuni, da Política de acesso a UFRB e sobre a
247 criação de novos campi e cursos; b. Fortalecer o diálogo com a comunidade, através das
248 associações e sindicatos; c. Criação de programas institucionais permanentes, de pesquisa
249 e extensão, voltados para a resolução de problemas do Recôncavo; d. Constituição de um
250 Fórum que problematize a relação entre o Recôncavo e a Universidade, ampliando,
251 inclusive, a produção acadêmica sobre esses espaços; e. Discutir as possibilidades de
252 desenvolvimento do Recôncavo; f. Idealizar e estruturar cursos de graduação e pós-
253 graduação voltados à formação de quadros técnicos demandados pelos setores produtivos
254 da região; **6. Questões administrativas e burocráticas:** a. Criação da ouvidoria da UFRB;
255 b. Implantação do sistema acadêmico totalmente on-line; c. Ampla discussão de Baremas
256 (PIBIC, PIBEX, etc.) dos editais internos, com prazos mais dilatados para manifestação; d.
257 Revisão dos instrumentos de acompanhamento funcional (PIT's, RIT's, RAD's, PTT's, etc),
258 inclusive redefinindo o barema para progressão funcional; e. Fortalecimento das ações de
259 transparência em nossa Universidade, com prestação de contas regulares à Comunidade
260 Acadêmica das ações da Reitoria e das Direções nos Centros. f. Necessidade de rediscutir
261 o papel das instâncias administrativas (Áreas de Conhecimento, Conselho Diretor, etc.); g.
262 Reativação da Comissão Permanente de Negociação, com os representantes da
263 comunidade acadêmica dos Centros; h. Celeridade no processo de licitações das obras dos
264 laboratórios previstos; i. Informatização de Formulários Institucionais e pronta
265 compatibilização dos mesmos; j. Ampliação do quadro de servidores técnico-administrativos
266 e terceirizados; **7. Outras demandas:** a. Conclusão das obras do complexo poli-esportivo
267 do CFP; b. Fim do desvio de função, pois na UFRB muitos docentes acabam desenvolvendo
268 atividades que seriam próprias de servidores técnico-administrativos; c. Constituição de um
269 Fórum que problematize a relação entre o Recôncavo, o Vale do Jiquiriçá e a Universidade,
270 ampliando, inclusive, a produção acadêmica sobre esses espaços; d. Observar nas
271 questões de caráter coletivo da UFRB, em especial infraestrutura e manutenção, as
272 especificidades do CAHL, situado em localidade tombada pelo Patrimônio Histórico; e.
273 Finalização das quatro obras paralisadas no CCS – biblioteca e auditório; prédio de
274 laboratórios; prédio administrativo; prédio em construção atrás da residência; f. Climatização
275 das salas/espaços do CCS; g. Melhorar a eficiência dos procedimentos do setor de compras
276 na execução de orçamentos; h. Levantamento censitário de campos de estágio, por áreas
277 de conhecimento, no Recôncavo; i. Avaliação das instalações dos laboratórios – Ex.:
278 reaproveitamento da água utilizada no processo de destilação; j. Celeridade no processo de
279 construção das obras dos laboratórios que estão em andamento; k. Reforma e
280 Reorganização das casas de vegetação do CCAAB; l. Melhoria do abastecimento e
281 qualidade da água e energia elétrica no campus de Cruz das Almas, aliado a uma utilização
282 racional da própria água do campus; m. Segurança (Iluminação e Central de Monitoramento

283 com câmeras, isolamento da área federal); n. Controle e Racionalização de todas as vias de
284 acesso do campus de Cruz das Almas; o. Controle emergencial e sistêmico de pragas (em
285 solos, plantas, construções, etc.); p. Planejamento institucional urgente (Estabelecimento de
286 Planos Diretores, Ambientais, Políticos, Infraestrutura, etc.). Após a apresentação realizada
287 pelo professor Givanildo de Oliveira (CCS), a mesa diretora submeteu a presente pauta
288 reivindicatória à apreciação da Assembleia, sendo a mesma aprovada por unanimidade. No
289 último ponto, **4. O que ocorrer**, foram encaminhadas ações para o próximo período, sendo
290 aprovado o seguinte calendário de ações: i) reunião do CLG com a reitoria, dia 20/07 (sexta-
291 feira), às nove horas; ii) vigília da reunião do CNG com governo, dia 23/07 (segunda-feira);
292 iii) reuniões nos centros, dia 24/07 (terça-feira) para avaliar a negociação com o governo e
293 encaminhar sugestões ao CLG; iv) reunião do CLG, dia 25/07 (quarta-feira); v) Assembleia
294 Geral, dia 26/07 (quinta-feira), em Cruz das Almas, às nove horas. Para além do presente
295 calendário foram apontadas as seguintes ações: i) ampliar o diálogo junto aos deputados
296 federais baianos para que os mesmos possam pressionar o governo federal no processo de
297 negociação, para tanto, foi sugerido a divisão dessa tarefa pelo CLG; ii) criar diretório na
298 página da APUR onde sejam registradas todas as referências da greve feitas na mídia; iii)
299 encaminhar aos partidos e candidatos majoritários e proporcionais, do pleito de 2012,
300 minuta com o que nos levou a negar a proposta do governo e o que reivindicamos; iv)
301 solicitar a inclusão de nossas reivindicações nas campanhas eleitorais dos candidatos
302 comprometidos com a educação pública, para tanto, os mesmos deverão inserir nossa
303 pauta nos materiais escritos, nos debates eleitorais e comícios; v) encaminhar nossas
304 proposições para o CNG/ANDES. Por fim, o professor Francisco de Souza Fadigas
305 parabenizou as ações e o trabalho do CLG da UFRB pelo esforço e pelo comprometimento,
306 sendo suas felicitações acompanhadas de aplausos e por uma saudação, através de
307 palavras de ordem. Não havendo nada mais a tratar, a Assembleia Permanente de Greve da
308 APUR foi suspensa às doze horas e dezesseis minutos, a qual eu, Ana Cristina Nascimento
309 Givigi, secretária *ad hoc*, lavrei a presente ata que após lida e aprovada em Assembleia,
310 será assinada por mim, pelo presidente da APUR e pelos demais componentes da mesa
311 diretora. Cruz das Almas, Bahia, dezanove de julho de dois mil e doze. //////////////